

Índice

Jornalismo de matizes ou de cliques?	1
“Apoiar a família é investimento, não despesa”	2
Texas: o vento, petróleo verde	3
“La gran adicción”	4

Jornalismo de matizes ou de cliques?

A busca de modelos rentáveis de pagamento, as inovações tecnológicas ou o melhor aproveitamento dos dados em massa continuam a ser assuntos que interessam aos profissionais do setor jornalístico. Mas nas previsões do Nieman Lab sobre o rumo do jornalismo em 2017 está presente, além disso, uma preocupação de fundo: como recuperar a confiança dos cidadãos nos meios de comunicação social?

Diversamente dos relatórios que analisam com minúcia os hábitos de consumo dos leitores para prever tendências, os prognósticos do Instituto de Jornalismo Nieman Lab, da Universidade de Harvard, são mais intuitivos. Alguns dos mais de 30 especialistas consultados não têm problemas em reconhecer que a sua “previsão” tem mais de desejo do que de realidade. E aqui reside em parte o valor dos seus comentários: mais do que ler o futuro, expressam preocupações atuais do setor.

Nesta edição, sobressai uma acima de todas: a perda de credibilidade dos meios de comunicação, que ficou patente na vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA. Perante o desnorte de muitos jornalistas que não entendem e “quase se sentem ofendidos” com o facto de milhões de votantes terem preferido confiar em Trump e não neles, Richard J. Tofel, presidente do “ProPublica”, relativiza o problema. E assim, nota que cerca de 20 % dos eleitores que decidiram apoiar o candidato republicano têm uma opinião desfavorável dele. “Qual a origem da visão negativa que essas pessoas têm do seu novo líder? Os mesmos meios de comunicação social nos quais não confiam”.

A reflexão de Tofel não é uma piscadela de olhos autocomplacente para o setor. Mais, trata-se de uma chamada à responsabilidade, o que é coerente com a missão do “ProPublica”: oferecer informação de qualidade que funcione como contrapeso ao poder dos que se encontram à frente do país. Num momento em que os meios de comunicação social andam demasiado pendentes dos *retweets* e dos “gosto disso”, Tofel recorda: “Embora toda a gente prefira ser apreciada, admirada ou digna de confiança, cair bem não é o nosso trabalho como jornalistas”.

Mas a sua advertência choca com as previsões de outros jornalistas mais jovens consultados pelo Nieman Lab. Mandy Velez, diretora editorial do “Revelist”, considera que, em 2017, os meios de comunicação continuarão a prestar cada vez mais atenção ao conteúdo gerado pelo utente.

O fenómeno começou com a invenção dos temas do momento ou *trending topics* do Twitter, e está a ser explorado pelos meios de comunicação que colocam alguns dos seus redatores a rastrear os temas candentes nas redes sociais. O caso mais famoso é o do “The Washington Post”, depois da sua compra por Jeff Bezos (“Aceprensa”, 5.3.2015).

O prognóstico de Velez é que “quando os grandes chefes de redação se dispuserem a decidir que notícias cobrir, irão recorrer mais a histórias populares ou que o público considera de interesse geral”. Parece que já não são os meios de comunicação quem decide sempre que assuntos têm interesse informativo, mas as audiências, convertidas em “fonte e notícia”.

A participação dos jornalistas nas redes sociais não os ajuda apenas a detetar temas: dá também visibilidade ao seu trabalho, algo necessário. Para quê comunicar se não existe

ninguém a ouvir do outro lado? Mas esta consequência pode vir a ser excessiva e acarreta um preço. “Quem tem tempo de pesar as palavras se, além de escrever, tem de estar ativo no Twitter e emitir vídeos em direto através do Facebook Live?”, interroga-se Elizabeth Jensen, provedora do ouvinte da rádio NPR.

A velocidade não assenta bem ao tipo de jornalismo que Jensen reivindica. No seu comentário para o Nieman Lab, conta, agradecendo, como a marcou uma editora com a qual trabalhou há 20 anos. Depois de dias e mesmo de semanas de trabalho numa história, chegavam as perguntas da sua chefe: “Será que realmente queria utilizar esta palavra? Não haveria outra mais precisa? Teria considerado este matiz? Poderia reescrever este pensamento para assegurar que não havia dúvidas sobre o que pretendia dizer?”.

É evidente que nem todos os artigos exigem o mesmo trabalho. Mas o que preocupa Jensen é que a pressa em falar de temas candentes quase em tempo real – por estarem nas redes sociais quando toda a gente fala disso – se faça em detrimento da “esmerada atenção aos pormenores” que aprendeu com a sua editora. Vê isso, por exemplo, no abuso de etiquetas simplistas para explicar fenómenos sociais complexos. Tem razão: é sempre mais cómodo recorrer a palavras e ideias banais do que parar para apresentar fundamentações.

J. M.

“Apoiar a família é investimento, não despesa”

A jovem ministra de Estado para Assuntos de Família na Hungria, Katalin Novák, considera que ao seu país falta ainda algo para ser classificado como “amigo da família”. Haveria que trabalhar ainda, desde já, mas alguns dados, como o aumento sustentado da taxa de natalidade – de 1,24 em 2010, para 1,44 em 2015 – refletem que aquilo que está a ser feito vai na boa direção.

Novák, que interveio no Seminário sobre Boas Práticas Internacionais de Apoio Público à Família, organizado pela associação Familia y Dignidad Humana na Universidad CEU San Pablo (Espanha), comentou à “Aceprensa”, quais são as principais preocupações dos seus compatriotas diante da possibilidade de constituir família, e explicou como o governo do partido conservador Fidesz, a que preside Viktor Orbán, os apoia para ajudá-los no seu objetivo.

Salienta que “muitos húngaros pensam que suportam demasiados encargos financeiros, demasiadas dificuldades econó-

micas para ter filhos. Por isso, introduzimos uma série de medidas para ajudar as famílias a diminuir esses encargos. Daí que, atualmente, o risco de pobreza por se ter filhos é muito menor do que costumava ser”.

“Por outro lado, muitos jovens, na sua maioria mulheres, receiam não serem capazes de desenvolver uma carreira e a sua vida pessoal ao mesmo tempo que a sua vida familiar. Estamos a procurar ajudá-los para que possam obter um equilíbrio, de modo a terem uma família, de forma a puderem passar algum tempo com ela, e não terem de escolher, como igualmente puderem desenvolver a sua vida profissional. As nossas medidas estão orientadas para que não tenham de escolher entre, por um lado, serem mães ou pais e não terem uma vida profissional, e por outro, desenvolverem-se em termos profissionais, mas não terem filhos. Estamos a tentar que as famílias húngaras alcancem essa conciliação”.

Durante a sua intervenção no seminário, Novák referiu que o seu país, outrora membro do bloco comunista subordinado à URSS, perdeu nos últimos 35 anos, 10 % da sua população. Reverter essa catastrófica situação exige vontade política e, evidentemente, recursos.

Nesse sentido, salientou que se em 2016 o orçamento de apoio às famílias foi de 2721 milhões de euros, em 2017 serão 2827 milhões, destinados a múltiplos programas. Por exemplo, na cultura húngara, dispor de casa própria – não aluguer – é um fator que traz segurança aos jovens. É por isso que o Estado subsidia com generosos montantes a compra de casa nova ou em segunda mão por parte de casais com filhos. Um casal com três filhos pode receber até 33 000 euros – “que é muito dinheiro na Hungria” – para esse objetivo.

De igual modo, o governo de Orbán ampliou as capacidades das creches, estabeleceu que os empregadores alterem os contratos a tempo inteiro por outros a tempo parcial, até que o filho do trabalhador ou da trabalhadora chegue aos 3 anos de idade, e entrega subsídios aos empregadores cujos empregados regressem ao seu posto de trabalho. Mais especificamente quanto às mulheres, aquelas que alcançaram 40 anos de serviço e desejem reformar-se para ajudar a cuidar dos seus netos, podem fazê-lo ainda antes da idade regulamentada (65 anos).

Como se financiam essas medidas é a pergunta obrigatória: Conta que “em 2010, quando chegámos ao governo, tínhamos uma situação económica e financeira algo difícil. O défice do Estado era muito elevado o crescimento situava-se abaixo de zero. Precisávamos de sérias reformas económicas e na política social, na educação, nos serviços de assistência... e introduzimo-las. Graças a elas, a economia ergueu-se, fortaleceu-se, e agora temos a margem orçamental para apoiar algo que é muito importante para o nosso governo: a política familiar. Consideramos que investir nela não é gastar, mas investir, e é um investimento que se repercutirá realmente no crescimento económico”.

Uma cena da cimeira da UE de maio de 2015, na qual o presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker,

saudou o primeiro-ministro húngaro, chamando-o, meio a brincar, “ditador”, ilustra como algumas das decisões de Budapeste – entre as mais polêmicas, a sua recusa de acolher refugiados – não agradam demasiado a Bruxelas.

Quanto às políticas familiares húngaras, foi perguntado à ministra Novák se encontraram apoio por parte das instituições europeias.

Respondeu que “na Hungria gozam de muito apoio. O povo apoia e aprecia muito as ações do governo orientadas para a família. Nos fóruns internacionais, incluindo na UE, é verdade que às vezes surgem alguns desacordos sérios, algumas discussões. A diferença entre a nossa perspetiva sobre o assunto e a de muitos outros governos é que não colocamos os indivíduos no centro do nosso pensamento, mas as comunidades. Gostaríamos que as comunidades fossem fortes. E a comunidade mais importante é a família. Em muitos países, pelo contrário, o interesse do indivíduo é o principal. É o que nos distingue deles. Estamos prontos para debater, evidentemente; a trocar ideias com os outros. Mas não iremos ceder na nossa conceção comunitária”.

Foi-lhe ainda perguntado sobre o que podem fazer todos aqueles que na Europa, conscientes da importância da família, têm na defesa desta uma causa privilegiada.

Novák afirmou que “existe uma importante sociedade civil em toda a Europa, inúmeras pessoas que consideram que a família é crucial, e que estão a falar em seu nome. Mas por vezes sucede que, perante as coisas naturais, não falamos. Consideramo-las naturais e, portanto, pensamos que não têm de ser defendidas. Só que também, às vezes, as coisas mais naturais e evidentes, os valores naturais, devem ser defendidos não apenas passivamente, como há que falar sobre eles. Penso que o mais importante é que todas essas ONG e membros da sociedade civil que estão a trabalhar muito duramente, no dia a dia, pelo interesse da família, não só devem efetuar esse trabalho, como têm de o apresentar ao grande público, falar sobre ele. Têm de saber escutar a sua voz não unicamente entre eles, entre os seus representantes ou entre os seus membros, como nas diferentes instâncias internacionais. Na Hungria, por exemplo, há uma grande sociedade civil, há influentes ONG e aprecio muito o seu trabalho no meu país. Mas também se deve fazer isso por toda a Europa”.

Além da ministra Novák, entrevistaram no Seminário outros representantes de organizações pró-família na Europa. Um deles, a francesa Ludovine de la Rochère, presidente da associação La Manif pour tous, destacou que a França destina 3,1 % do PIB nacional a ajudar as famílias – a média da UE é de 2 % -, embora esse apoio seja mais de cariz técnico.

O Ministério da Família do governo de François Hollande não tinha voto nas questões antropológicas ou bioéticas que dizem respeito à instituição familiar, que suporta o embate daqueles que pretendem “desconstruí-la”, porque “transmite desigualdade”. Não é por acaso, portanto, que nesse governo tenha sido reduzido de facto o tempo de baixa maternal, pelo

absurdo de haver uma partilha obrigatória com uma baixa por paternidade, e que, em 2015, tenha descido a taxa de fecundidade para 1,9 filhos por mulher (em 2012, era de 2,02).

Por seu lado, o croata Krezimir Planinic, cofundador da *In the Name of the Family*, descreveu como essa iniciativa conseguiu recolher as assinaturas necessárias para a realização de um referendo a favor do casamento e contras as tentativas dos políticos de o redefinir. Na consulta, realizada em 2013, 65,8 % dos cidadãos croatas votaram a favor de ficar formulado na Constituição do país, o casamento como a união legal entre um homem e uma mulher.

Por seu turno, o deputado alemão Martin Patzelt (CDU) salientou o generoso número de prestações (156) que o Estado alemão destina a apoiar as famílias. Até 40 000 milhões de euros são encaminhados anualmente dos fundos públicos para incentivar as famílias com filhos e, no entanto, a natalidade é baixa de modo alarmante. “O que aumentou na Alemanha é o número dos que têm cães” ironizou, numa séria advertência de que, nestes temas, mais do que um problema de dinheiro – que na Alemanha não existe -, do que se trata é de mudar o *chip* do egoísmo.

L. L.

Texas: o vento, petróleo verde

Se há alguma coisa associada ao Texas é o petróleo. Uma paisagem com plataformas perfuradoras de poços petrolíferos. Uma legislação favorável ao *fracking*. Um estado tradicionalmente republicano, onde ganharam os votantes de Trump, que não acredita que as alterações climáticas sejam causadas pelas emissões de carbono. Energias fósseis, energias sujas.

E, no entanto, há ventos de mudança, que estão a fazer do Texas um inesperado líder na energia eólica, informa o “The Guardian” (20.2.2017). Segundo dados da American Wind Energy Association, no Texas funcionam 11 600 turbinas, o que o converte no primeiro estado do país em capacidade instalada com este tipo de energia. A eólica proporciona já 12,7 % da produção de energia elétrica do estado (no âmbito nacional dos EUA, a energia eólica contribui com 4,7 % para a eletricidade produzida em 2015).

Atualmente, na paisagem texana, as vacas convivem com as turbinas eólicas. E não é que os fazendeiros do Texas pretendam salvar o planeta; conformam-se em salvar as suas economias familiares, tantas vezes à mercê de secas e inundações, e dos ciclos de altas e baixas do preço do petróleo que se repercutem na economia do estado.

O aluguer do terreno para a instalação de turbinas está-lhes a proporcionar uma renda regular – 10 000 dólares anuais por turbina instalada –, o que lhes permite também aumentar a sua margem de lucro e manter as suas explorações. A energia eólica está a ser o que foi no Texas o petróleo e o gás há um século.

Também está a ser uma fonte de empregos, que compensam os que se estão a perder no setor petrolífero. Com a queda dos preços do petróleo e as mudanças tecnológicas, perderam-se no Texas 98 000 empregos petrolíferos desde 2014. Isto não significa que a produção de petróleo esteja em crise. Pelo contrário: tanto no plano nacional, como no Texas, a produção tem aumentado, embora os preços tenham caído.

Graças às novas tecnologias, as explorações que necessitavam há três anos para serem rentáveis de um preço de 60 dólares por barril, agora basta-lhes que não baixe de 35 dólares, enquanto o preço atual é de cerca de 50 dólares. Pelo contrário, necessitam de muito menos mão de obra. Tarefas de perfuração e exploração que antes ficavam a cargo de trabalhadores, agora foram automatizadas. Muitos trabalhadores do setor, que tradicionalmente se encontravam entre os melhor pagos da indústria, perderam os seus empregos. E, apesar das promessas de Trump, não parece que venham a recuperá-los. Parte deles estão a reciclar-se no setor da energia eólica, cujos investimentos no Texas dispararam.

O Texas tem ainda muito a ganhar no capítulo das energias renováveis. Enquanto a geração de eletricidade por fontes renováveis é de 13 % no plano nacional norte-americano, no Texas é de 10,6 %. Mas a mudança que ali está a acontecer indica que o ambiente e a economia não têm de estar em conflito.

I. A.

“La gran adicción”

Autor: Enric Puig Punyet

Arpa. Barcelona (2016)

220 págs.

Muitas pessoas estão a sofrer um autêntico esgotamento virtual. Vivem por e para um mundo irreal que converteram no único real. São claramente dependentes digitais, ao ponto de que a ferramenta se transformou numa grande dependência. Esta nova dependência está a afetar mais pessoas diaria-

mente e cada vez mais utentes estão a aperceber-se de que a Internet não é a solução para os seus problemas, sendo em muitos casos mais um problema. A perda de tempo, a falta de concentração, a dispersão cognitiva ou o *stress* de estar sempre disponível, geram nalgumas pessoas uma autêntica crise existencial.

Assim, será que seríamos capazes de sobreviver sem Internet e, ao mesmo tempo, não nos isolarmos do mundo? Ou seja, seria possível a desconexão sem pôr em risco a nossa capacidade de trabalhar, de nos relacionarmos com os outros, de conhecer a atualidade ou de tratar de um qualquer assunto? Isto é o que examina Enric Puig, doutor em Filosofia e professor da Universitat Oberta de Catalunya (UOC) neste livro. A resposta, avalizada pela sua própria experiência e exemplificada pela de mais dez casos, é afirmativa: pode-se viver “desconectado”, neologismo que ele utiliza, embora se devam ter em conta alguns parâmetros, como, por exemplo, começar por eliminar as *notificações* para recuperar as rédeas e decidir quando e como queremos aceder às redes sociais.

O autor apresenta a história de dez pessoas que conseguiram desconectar-se (autênticos “desconectados”) e que, mesmo assim, prosseguiram a sua vida normal, tanto no plano pessoal como profissional, permanecendo nos seus ambientes urbanos (com exceção de uma). O resultado foi muito positivo: comprovaram que melhorou a sua saúde mental e a sua qualidade de vida. Os casos apresentados parecem exagerados; no entanto, qualquer pessoa pode sentir-se refletida neles. A dependência tem nomes próprios, mas também problemas comuns: a busca sem resultado real de emprego ou de relações amorosas, o envolvimento com os vídeo-jogos ou com esse universo virtual sem o qual nos é impossível viver, o medo de que os filhos partilhem a nossa própria dependência...

A grande dependência da Internet desliga o indivíduo do seu meio comunitário e fá-lo perder o contacto com a realidade circundante por falta de um espaço no qual partilhar os relatos reais com os seus concidadãos. Em vez disso, diz Enric Puig Punyet, impera o espaço do simulacro, que configura, nas suas muitas variedades especializadas, um espaço de intercâmbio baseado em comunidades imaginadas, que são controladas verticalmente numa estrutura pan-ótica oscilante por momentos.

Embora o perfil de quem decide desconectar-se fosse o de uma pessoa entre os 25 e os 49 anos, universitária, de classe alta e com elevadas competências digitais, o autor inclui também adolescentes que pensam que “o caráter subversivo de hoje em dia é, precisamente, não integrar estas redes sociais”.

A chave da desconexão está, de qualquer forma, em voltar à conexão entre pessoas num espaço partilhado, em tornar a desfrutar do contacto humano presencial. E virá um dia, conclui o autor, em que veremos esse comportamento dependente como algo antiquado, algo que ficou na moda durante alguns anos, e retomaremos então os caminhos nos

quais a realidade presencial é concebida como uma necessidade humana.

P. G.

Enric Puig Punyet

La gran adicción

Cómo sobrevivir sin internet
y no aislarse del mundo



arpa